

CEDI - P. I. B.
DATA 31 / 12 / 86
COD. E1D00052

OS IMPACTOS SOCIAIS DA IMPLANTAÇÃO
DO PROJETO CARAJÁS

RELATÓRIO DE PESQUISA

MURILO SANTOS
MARISTELA ANDRADE
BARBARA ANN ENGLISH

SÃO LUÍS
1985

SUMÁRIO

	p.
INTRODUÇÃO	
MARISTELA ANDRADE	
MURILO SANTOS	1
FERROVIA CARAJÁS E OS POVOADOS A BEIRA DO RIO PINDARÉ	
MURILO SANTOS	14
ÍNDIOS E CRISTÃOS NA REGIÃO DA FERROVIA CARAJÁS	
MURILO SANTOS	23
A CONSTRUÇÃO DO TERMINAL FERROVIÁRIO CARAJÁS E A EXPROPRIAÇÃO DE FAMÍLIAS DA PERIFERIA DE SÃO LUÍS	
MARISTELA ANDRADE	26
DESENVOLVIMENTO SEM PROGRESSO	
BARBARA ANN ENGLISH	45
ANEXOS	58

INTRODUÇÃO

MARISTELA ANDRADE

MURILO SANTOS

Durante o período dezembro/84-fevereiro/85, foram realizadas duas viagens aos municípios de Santa Luzia e Açailândia/Imperatriz, por Murilo Santos e Bárbara Ann English respectivamente.

Os pesquisadores permaneceram em campo cinco e dez dias, durante os quais procederam à observação direta e à realização de entrevistas com trabalhadores rurais, líderes sindicais, agentes de pastoral da Igreja Católica, e funcionários de entidades civis.

Os demais dados foram obtidos a partir de trabalhos realizados anteriormente pelos pesquisadores. É o caso das informações relativas à Alcoa e à desapropriação de famílias da periferia de São Luís para construção do terminal ferroviário Carajás-Itaqui.

Foram realizadas, ainda, entrevistas com outros pesquisadores, como Franz Giesterlinck e com membros da FASE de Imperatriz, sempre com o objetivo de colher e confrontar informações.

O relatório que se segue compõe-se de uma coletânea de pequenos artigos onde se abordam aspectos dos impactos sociais da implantação do Projeto Carajás e Grande Carajás.

Inicialmente, ainda nesta introdução, apresentam-se algumas reflexões acerca dos pressupostos ideológicos sobre os quais se assentam os projetos oficiais para a Amazonia - a questão do chamado "vazio demográfico" da região amazônica e da de

nominada "economia de subsistência" das unidades de produção camponesas.

Procura-se, ainda, neste tópico, discutir alguns aspectos da instalação dos Grupos Especiais de Terra (GEBAM e GETAT), dentro da política oficial de "reforma agrária localizada", com o objetivo de traçar um perfil das principais questões que tocam a estrutura agrária maranhense.

X Deste modo, procura-se mostrar que a ferrovia não se instala em um "vazio demográfico" e, muito menos, em um "vazio social" no sentido de ausência de contradições. Ao contrário, a ferrovia atravessa a região mais conflitiva do Estado, onde se trava acirrada luta pela posse e uso da terra, envolvendo os posseiros que desbravaram a floresta após o afastamento das nações indígenas, de um lado; e, de outro, grileiros, pistoleiros, jagunços, comerciantes, usineiros, e grandes empresas agropecuárias.

X A questão da ligação dos chamados *centros* com o mercado nacional é tratada de modo a demonstrar que as unidades de produção camponesas não são, de modo algum, improdutivas, e nem produzem apenas para o autoconsumo. Ao contrário, as regiões banhadas pelos rios Pindaré, Tocantins e seus afluentes, são as maiores produtoras de arroz do Estado.

A produtividade (ton/ha) alcançada pelas unidades de produção camponesas desta região, não é superada nem mesmo pelas regiões de Baixo Balsas e Chapadas do Sul Maranhense, onde se emprega capitais, máquinas e insumos agrícolas de modo intensivo.

X A seguir, apresentam-se os resultados da pesquisa realizada em um grande povoado do município de Santa Luzia, de

modo a exemplificar o que significou a implantação da ferrovia para os trabalhadores rurais da região. Neste item, arrolam-se, ainda, sugestões em torno de uma maior segurança para os moradores e de possíveis melhorias no que toca ao transporte de passageiros e da produção camponesa.

X Em seguida, são apresentadas as informações coligidas no trecho compreendido entre Açailândia e Imperatriz (Cidelândia), apontando para as consequências sociais da implantação da ferrovia.

X E, finalmente, apresentam-se informações acerca dos detalhes do processo de desapropriação das famílias de trabalhadores da periferia de São Luís pela AMZA (Amazônia Mineração), uma subsidiária da CIA VALE DO RIO DOCE, a partir de um trabalho de apoio e educação realizado pela SMDDH, em 1981, no bairro do Anjo da Guarda, em São Luís, no qual participou um dos pesquisadores.

X Quanto às informações sobre a ALCOA, remete-se, em anexo, o livro de Barbara English sobre o assunto, e inclusive, uma versão do mesmo em inglês. A autora realizou, ainda, a atualização das informações relativas às atividades da Companhia durante o ano de 1984, dados que também seguem em anexo.

Amazonia: um "vazio demográfico"?

Os documentos da Cia Vale do Rio Doce acerca do Projeto de Minério de Ferro Carajás, aludem com frequência à Amazonia como uma região desabitada.

O mito do "vazio demográfico" desta região do país tem estado na base da implantação de projetos oficiais de colonização e outros, que se defrontam, na prática, com a presença de

inúmeras nações indígenas e de todo um contingente camponês que, se antecipando aos planejadores, já ocupara a floresta.

As chamadas *terras devolutas*, consideradas como *espaços vazios*, não representavam áreas desabitadas. O fato de o material cartográfico e os dados do Censo Demográfico da FIBGE não assinalarem expressivos aglomerados urbanos, e de indicarem um baixo índice demográfico nestas áreas, tem conduzido estudiosos e planejadores a pensar estes espaços como efetivamente desabitados. Tais áreas, no entanto, foram alcançadas por uma *frente de migração* desde a segunda década deste século, como se verá a seguir.

A partir de 1920, através de contínuos deslocamentos de camponeses e criadores oriundos do Nordeste, constitui-se uma *frente de migração*, que penetra o Estado do Maranhão através das cidades piauienses Teresina e Floriano.

Esta chamada *frente de migração nordestina* à qual se juntam camponeses maranhenses em busca de terras para cultivar, descreve várias bifurcações. Um de seus ramos se dirige para o oeste, passando pelas cidades de Codó (1920), Pedreiras (1940), Bacabal (1950) e Santa Inês (1967).

Outro ramo sai de Caxias rumo à cidade de Imperatriz, no Tocantins.

As pesquisas realizadas por CORREIA DE ANDRADE¹ (1968) para os Vales do Mearim e do Pindaré; por VELHO² (1972) para o

¹ANDRADE, Manoel Correia de. Paisagens e problemas do Brasil. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1973.

²VELHO, Otávio G. Frentes de expansão e estrutura agrária. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

Tocantins e Araguaia; por WAGNER³ (1974) para o Xingu e Tapajós e M. SANTOS⁴ (1983) para o Caru, e idenciam a importância dos chamados *centros* na dinâmica de ocupação destas regiões.

Os *centros* - agrupamentos de moradia de camponeses que se desenvolvem em seus locais de trabalho, no interior da floresta - constituem-se em embriões de futuros povoados, e até mesmo de cidades⁵.

Alguns municípios como Zé Doca, Chapéu de Couro e Santa Inês foram anteriormente *centros*, assim como inúmeros povoados que se estendem pelas margens dos rios Pindaré, Caru e Tocantins.

Os povoados representam núcleos de moradia onde se sublinha uma ligação mais direta com a sociedade nacional, através da presença de representantes de Igreja de várias confissões, de "chefes políticos", de delegados sindicais e de autoridades investidas do poder de polícia.

É ainda nos povoados que se encontram os estabelecimentos comerciais mais desenvolvidos, enquanto nos *centros* as casas comerciais por acaso existentes representam apenas entrepostos ligados aos comerciantes dos povoados, denominados comumente de *patrões*.

Os povoados representam, ainda, núcleos fixos de povoamento, enquanto os *centros* podem estar em constante movimento. Muito embora ocorram casos de transferência, ou mesmo de desaparecimento de povoados inteiros em função de grilagem, a tendência dos mesmos é a fixação e o crescimento demográfico. É o

³WAGNER, Alfredo. Movimentos migratórios nos vales do Tapajós e do Xingu. Rio de Janeiro, PPGAS, 1974. mimeo.

⁴SANTOS, Murilo. Fronteiras: expansão camponesa no vale do rio Caru. São Luís, 1983. mimeo.

⁵Id. *ibid.*

caso de Alto Alègre, à beira do rio Pindarè, onde se realizou parte desta pesquisa, e de São João do Caru, Novo Caru e outros, antigos *centros*, hoje transformados em grandes povoados.

Os *centros*, por sua vez, podem se transferir constantemente no interior da floresta, seja em função da grilagem ou de outros problemas, como conflitos entre famílias e outras questões.

Este movimento de ocupação espontânea dos camponeses nordestinos e maranhenses, portanto, obedece a regras próprias de deslocamento e se antecipa aos programas oficiais de ocupação da Amazonia.

Os camponeses se adiantam aos planejadores, praticando o que IANNI⁶ chama de *reforma agrária de fato*.

Esta ocupação espontânea se antecede mesmo à abertura das principais rodovias que terminam cortando a Amazonia e os camponeses se utilizam dos rios e das picadas do telégrafo e da Petrobrás para penetrar na floresta.

Na década de 70 o Estado passa a implantar uma política de "ocupação racional" do que considera como "espaços vazios", através de projetos de colonização. Para tanto, enceta um processo de regularização fundiária, o que repercute sobre o mercado regional de terras, aumentando muito o seu valor e acelerando o processo de apropriação fraudulenta de amplas faixas de terras por grandes projetos agropecuários.

Para os camponeses a terra é vista como um bem natural

⁶IANNI, Otávio. Colonização e contra reforma agrária na Amazonia. Petrópolis, Vozes, 1979. p.15.

do qual ele se apropria por meio do trabalho familiar. A economia camponesa combina formas privadas e coletivas de apropriação do solo, segundo as atividades produtivas, prescindindo, portanto, da formalização jurídica, que para a sociedade nacional é fundamental como garantia dos direitos individuais.

Segundo ALFREDO WAGNER e LUIS MOURÃO "para os grupos informados por uma visão jurídica e mercantil com a terra, esta se define como meio de especulação (caso dos grileiros, para quem a manipulação fraudulenta das regras jurídicas é a pré-condição para a manipulação das leis de mercado), ou como meio de produção apropriado mediante trabalho assalariado (caso das grandes empresas agropecuárias)"⁷.

O confronto entre essas duas concepções e, por conseguinte, entre duas modalidades de ocupação está na raiz dos sangrentos conflitos que marcam os acontecimentos no campo maranhense nos últimos anos⁸.

Os Grupos Executivos de Terra e a "Reforma Agrária Localizada"

Os anos 80 são marcados por uma mudança na política governamental com relação às questões agrárias.

De fevereiro a agosto de 1980 o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - é destituído de suas funções técnicas, e praticamente substituído por Grupos Executivos de Terra - GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia

⁷WAGNER, A. & MOURÃO, L. Questões agrárias no Maranhão contemporâneo. In: Pesquisa Antropológica, n.9 e 10. Brasília, 1976. mimeo. p.14.

⁸WAGNER, Alfredo. Conflitos de terras no Maranhão. In: Transformações econômicas e sociais no campo maranhense, n. 6. São Luís, CPT, 1981.

e Tocantins) e GEBAM (Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas). Desta forma, as questões agrárias são deslocadas do domínio técnico para aquele outro do aparato repressivo do Estado⁹.

A "reforma agrária localizada", ou "reforma fundiária", tal como preconizada pelo governo, passa a significar um processo de titulação que mante inalterado o regime de uso e posse da terra¹⁰

Esta proposta de "reforma agrária" difere profundamente daquela defendida pelos órgãos de classe dos trabalhadores rurais, que exigem mudanças radicais na estrutura agrária do país.

O esvaziamento do INCRA nas áreas definidas como "prioritárias" está, portanto, segundo WAGNER¹¹, ligado a prioridades ditadas por motivos políticos, de acordo com a ótica do Estado.

O autor lembra, ainda, que na área do GETAT, está incluída a maioria dos projetos aprovados pela SUDAM desde 1966, o que o faz concluir que, por trás da ação deste órgão, está o interesse em proteger os investimentos dos empresários do centro sul.

Por outro lado, a instituição dos Grupos Executivos de Terra, estaria ligada a um revigoramento do poder regional em face da força dos empresários do centro sul. Para levar a cabo proposta de "reforma agrária localizada", o governo "não pode deixar de levar em conta os detentores do poder local. Notada-

⁹WAGNER, Alfredo. A reforma agrária localizada. In: Os donos da terra e a luta pela reforma agrária. Rio de Janeiro, Codecri, 1984.

¹⁰Id. *ibid.*

¹¹Id. *ibid.*

mente, num contexto de alterações no sistema eleitoral, com a realização do pleito direto, após 15 anos, para governos estaduais e de reorganização política"¹².

É neste contexto que surgem as Comissões Estaduais de Terras (CETER no Maranhão) com os mesmos objetivos de regularização fundiária e de ampliar as bases políticas do governo.

Estes programas surgem, portanto, em um momento político em que a atuação de grilagem e a intervenção de jagunços e pistoleiros já não se mostra tão eficiente. Para assegurar a constante ampliação do capitalismo na área rural o governo necessita transformar a terra em mercadoria plena, procedendo a um processo de titulação.

O GETAT se coloca, assim, "contra o latifúndio improdutivo e contra o minifúndio de subsistência" segundo afirmação de suas autoridades. Para WAGNER, porém, "pelos vínculos políticos desejados pode-se supor que as grandes propriedades dos grupos de poder local dificilmente serão tidas como 'latifúndio improdutivo', ou estarão sujeitas à desapropriação. A meta de 'ocupação racional' é relativizada pelo critério político. De outra parte, os projetos agropecuários, de extração mineral e madeireira, segundo um critério econômico, não serão tidos como 'irracionais', ou improdutivos'. As grandes extensões do Bradesco, dos grupos Pão de Açúcar, Cacique e Mapisa, da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA) não serão portanto, alvo de desapropriação"¹³.

Para o autor que vem sendo citado nesta parte do rela

¹²Id. *ibid.*

¹³WAGNER, Alfredo. Getat; segurança nacional e revigoração do poder regional. In: Transformações econômicas e sociais no campo maranhense. São Luís, CPT, 1980. v.4.

tório, ainda, serão exatamente os "minifúndios de subsistência", ou seja, aquelas unidades de produção assentadas sobre o trabalho familiar, os alvos das acusações de "improdutividade" e "irracionalidade".

Deste modo, longe de se instalar em uma região pouco habitada e sem contradições em termos de sua estrutura agrária, a ferrovia Carajás corta uma área a mais conflitiva do Estado. Aí, vem ocorrendo confrontos, por vezes sangrentos, opondo grileiros e grandes empresas agropecuárias e madeireiras de um lado, e posseiros de outro, com assassinato de líderes sindicais e perseguições de trabalhadores através do emprego de jagunços e pistoleiros.

Muito embora os chamados *centros* - locais de moradia e trabalho no interior da floresta - não constem da cartografia e da estatística oficiais - é aí que se desenvolve uma luta acirrada pela terra, em que as unidades de produção camponesas assentadas sobre o trabalho familiar, insistem em permanecer cultivando livremente a terra.

Unidades de produção camponesas: improdutivas?

Outro pressuposto ideológico que aparece nos pronunciamentos de políticos e funcionários governamentais, assim como nos documentos da Cia Vale do Rio Doce é que as unidades de produção camponesas estariam assentadas sobre uma "economia de subsistência", produzindo para o autoconsumo, a partir de técnicas rudimentares de cultivo.

Constata-se, no entanto, que apesar do isolamento dos chamados *centros* no interior da floresta, a produção dos pequenos agricultores liga-se ao mercado regional através de uma

cadeia de intermediários denominados *tropeiros*, *barraqueiros*, *lancheiros*, *caminhoneiros*.

A rede de comerciantes acompanha de perto o avanço dos trabalhadores no interior da floresta, através da instalação de pequenas casas de comércio nos próprios *centros* - as *barracas*. Estas, pertencem aos chamados *comerciantes de patrão*, também denominados *barraqueiros*, que recebem por empréstimo mercadorias de um comerciante maior, instalado em um dos *centros comerciais* mais próximos, nos *povoados*, e trocam-nas por produtos como arroz, farinha e coco babaçu.

As *barracas* atraem moradores da redondeza que aí *passam* a adquirir gêneros de primeira necessidade nos períodos de entressafra. Quanto aos comércios maiores, instalados nos *grandes povoados*, além de fornecerem aos *barraqueiros*, transformam-se em centros onde os trabalhadores adquirem querosene, roupas, tecidos e outros artigos.

O excedente produzido pelos trabalhadores é assim apropriado pelos comerciantes e escoado dos centros através de animais conduzidos pelos denominados *tropeiros*. A *pesagem* é feita sem a presença do trabalhador, dando margem a que o *barraqueiro* se aproprie de uma quantidade maior que a combinada. Além disso, ressalta-se que o preço inclui a alimentação do *tropeiro* e o frete dos animais.

Quanto aos *lancheiros*, compram a produção dos trabalhadores das mãos dos *barraqueiros* ou podem, simplesmente, atuar no âmbito do transporte até as usinas de beneficiamento, localizada nos *grandes povoados* à beira dos rios, como o Caru e o Pindaré. Em muitos casos, estes *lancheiros* realizam também um comércio ambulante, fazendo chegar aos trabalhadores no *inte*

rior da floresta as mercadorias de que necessitam.

Os trabalhadores distinguem principalmente duas modalidades de apropriação do excedente que produzem pelos comerciantes da região: *venda na palha e venda na balança*.

Na *venda na palha*, o trabalhador entrega a produção antes mesmo da colheita, em função de seu endividamento junto ao comércio no período de entressafra. Nestes casos, o comerciante manda buscar o arroz na própria roça por um preço muito a baixo de mercado.

Na *venda na balança*, o trabalhador se encarrega do transporte da produção e a vende no comércio, nos povoados maiores. Para tanto, utiliza-se de animais de sua propriedade ou de aluguel. Neste caso, vende a produção ao preço estabelecido pelos comerciantes do povoado. Este preço vai aumentando progressivamente, desde a época em que a produção ainda se encontra em mãos dos trabalhadores, até o momento em que o trabalhador passa a comprar o próprio arroz que plantou, agora já todo em mãos dos comerciantes.

A discussão da questão do transporte da produção composta através da ferrovia não pode passar ao largo do entendimento desta intrincada situação que envolve toda uma cadeia de intermediários de um lado e trabalhadores de outro.

De uma maneira geral, pode-se dizer que a expansão camponesa através dos centros, a despeito de se dar independentemente de uma ação colonizadora oficial ou particular, não se mantém à margem do mercado. Os pequenos produtores agrícolas da região atravessada pela ferrovia no Estado do Maranhão não se encontram isolados e nem produzem tão somente para suprir suas necessidades de consumo. Encontram-se vinculados ao merca

do e situam-se entre as áreas de maior produção de arroz de todo o Estado, segundo estatísticas fornecidas pela FIBGE.

Região	Área plantada (ha)	Produção (ton)	Rendimento Médio (kg/ha)
Pindaré	113.663	173.401	1526
Imperatriz	93.700	142.531	1521
Baixo Balsas	15.680	20.502	1308
Chapada do Sul Maranhense	53.771	61.538	1237

De acordo com estes dados estatísticos a região do Pindaré e de Imperatriz apresentam uma produtividade superior à aquela observada nas áreas de agricultura mecanizada¹⁴.

¹⁴ANDRADE, Maristela. A agricultura mecanizada e a colonização do sul maranhense. São Luís, 1983. mimeo.

FERROVIA CARAJÁS E OS POVOADOS À BEIRA DO RIO PINDARÉ

MURILO SANTOS

Desde as primeiras etapas da construção da ferrovia Carajás, os moradores dos povoados à beira do rio Pindaré estavam certos de se achar diante de um projeto *federal*. O termo *federal*, nesta região, assume uma conotação bastante peculiar, relativo a algo superior, inquestionável. Tanto é assim que o *Índio*, considerado pelos pequenos produtores agrícolas como um ser privilegiado pelo governo através da concessão de terras e de outras medidas protecionistas, também é visto pelos trabalhadores como *federal*.

Deste modo, a ferrovia surge como fato indiscutível e se implanta sem que a população tenha acesso às informações.

Inicialmente, desde o estabelecimento dos picos de demarcação até a colocação dos trilhos, correm boatos de que a estrada ligaria os rios Pindaré e Tocantins. Neste momento, a população estava certa de que haveria transporte de passageiros e da produção; que se construiriam viadutos naqueles povoados que permanecessem isolados, ou que fossem cortados pela via férrea; que, com certeza, haveria uma rodovia à margem da estrada de ferro.

Antes da colocação dos trilhos, a estrada criou um novo sistema de comunicação entre os povoados e as sedes dos municípios próximos - Santa Luzia e Santa Inês. O transporte da produção e o acesso a estes centros urbanos passou a se fazer mais rápida e diretamente. Em decorrência, os povoados à margem da estrada cresceram assustadoramente, atraindo famílias que vinham em busca de trabalho e à procura de maiores fa

cilidades de comunicação com Santa Luzia e Santa Inês, principalmente no que toca à assistência médica.

Ressalta-se que um dos problemas mais graves, que pode colocar em risco a vida da população nesta região, é a falta de assistência médica durante os partos que se complicam. Há i números casos de mulheres que deram à luz a bordo de lanchas, tendo muitos natimortos sido enterrados nas barrancas do rio.

A construção da estrada, antes da colocação dos trilhos, alterou, assim, as condições pré-existentes de comunicação, criando expectativas de parte da população.

Após a colocação dos trilhos, porém, não só os povoados se viram isolados, divididos pela estrada, como seus moradores perderam uma via de acesso à sede dos municípios a que já estavam habituados. Lembre-se que o acesso à Santa Inês pelo rio se faz em seis horas e, por automóvel, em apenas uma hora.

Os carros que trafegavam na estrada foram substituídos por motocicletas, apesar das proibições da Companhia. Além do risco de acidentes, houve um encarecimento no preço das passagens já que este tipo de veículo só transporta uma pessoa por vez.

Além da questão do transporte de passageiros, a estrada veio interromper muitos caminhos tradicionais, passagens de boiadas e outros animais. Por este motivo, como não foram construídas pontes, viadutos ou outros tipos de passagem, ainda a pesar das proibições da Companhia, os trabalhadores constroem aterros por conta própria para passagem de carros de boi, o que aumenta a possibilidade de acidentes. Além disso, tem sido frequentes os atropelamentos de animais.

Ainda com relação aos problemas relativos à travessia de animais, ressaltá-se que o gado é trazido das chamadas *soltas* para os currais, no povoado, todas as tardes. Muitas vezes, os vaqueiros não se acham em condições de interromper abruptamente a boiada no momento da passagem do trem, o que aumenta o número de acidentes.

Pelo fato de destruir caminhos tradicionais, ainda, isolando áreas de trabalho (*centros*) de áreas de moradia (*povoados*) foram pioradas as condições de escoamento da produção.

Outro problema causado pela construção da ferrovia, sem o cuidado de atender às necessidades da população, diz respeito à travessia de pedestres. Como não foram construídas pontes ou passagens equivalentes, colocou-se em risco a vida dos moradores dos *povoados*. Lembre-se que duas pessoas já morreram em consequência de atropelamento pelo trem - um velho e uma criança.

Enfim, ao contrário do que veiculam os pronunciamentos de funcionários do governo e da Companhia, a ferrovia Carajás não trouxe, até o momento, quaisquer melhoria das condições de vida da população da região, piorando as que existiam antes.

O Caso de Alto Alegre

As consequências de implantação da ferrovia Carajás para a população de Alto Alegre, e principalmente para os pequenos produtores agrícolas, apenas exemplificam uma gama de situações em que se viram envolvidos os moradores de todos os povoados por onde passa a estrada. Em outras etapas da pesquisa, certamente, se terá condições de percorrer o traçado da ferrovia e de colher informações junto a todos os *povoados* afetados. Por

ora, descreve-se apenas alguns dos aspectos dos impactos sociais da implantação da ferrovia no povoado Alto Alegre, município de Santa Luzia, Maranhão.

Após a construção da estrada, Alto Alegre se viu prendado entre a ferrovia e o rio que, durante os meses chuvosos, inunda parte do povoado.

A estrada interrompeu, ainda, a comunicação entre as áreas de trabalho - os *centros* - e as de moradia - os *povoados*. Na área de trabalho estão localizadas as roças, as pastagens para o gado e outros animais, a caça, além de recursos naturais como palha, madeira, coco babaçu, jussara e outros frutos.

Lembre-se que na área onde se localizam os chamados *centros* residem também inúmeras famílias de pequenos agricultores, sendo que a grande concentração demográfica se dá, porém, na área do *povoado*, conforme se teve oportunidade de demonstrar na introdução deste relatório.

Na área do *povoado*, à beira do rio, os moradores se dedicam à lavagem de roupas, ao fabrico de carvão, à retirada de barro e areia para as edificações, além de utilizarem o trans-

O Caso de Alto Alegre

As consequências de implantação da ferrovia Carajás para a população de Alto Alegre, e principalmente para os pequenos produtores agrícolas, apenas exemplificam uma gama de situações em que se viram envolvidos os moradores de todos os povoados por onde passa a estrada. Em outras etapas da pesquisa, certamente, se terá condições de percorrer o traçado da ferrovia e de colher informações junto a todos os *povoados* afetados. Por

Como estes trabalhadores estão em constante trânsito entre as duas áreas (*centro-povoado*), e como não foram construídas passagens próprias para pedestres e animais, a estrada transformou-se em um grande obstáculo. Em alguns trechos, a ferrovia ficou muito acima do nível do povoado, obrigando a população a galgar suas encostas; ou a caminhar longos metros, até encontrar locais onde a mesma permanece ao nível das casas.

A Questão do Escoamento da Comercialização da Produção Camponesa

A colheita do arroz, principal produto camponês desta região, ocorre entre os meses de abril e junho.

A produção camponesa é toda ela praticamente trocada nas chamadas *barracas* ou nos comércios dos *povoados*¹ por mercadorias indispensáveis à sobrevivência das unidades familiares de produção.

Como se teve oportunidade de ressaltar na introdução deste relatório, esta troca ocorre de forma extremamente desigual, em que os pequenos produtores são submetidos a uma situação de exploração e endividamento constante.

A abertura de caminhos até os *centros* ocorre exatamente na época da colheita, quando o camponês, na chamada *venda na balança*, leva sua produção em animais de sua propriedade, ou alugados de terceiros, até os armazéns ou usinas de beneficiamento; ou, quando os comerciantes, no sistema chamado de *venda na palha*, se dirigem às roças dos camponeses para buscar o produto que já foi a eles vendido antes mesmo da colheita.

¹ cf. Introdução apresentada neste relatório.

No sistema chamado de *venda na balança*, o pequeno produtor se beneficia do preço do produto estabelecido pela própria rede de comércio local. Quanto mais próximo do *povoado* e das sedes dos municípios, mais é valorizado o produto camponês e menos caras as mercadorias. Em áreas próximas aos *centros*, por outro lado, se dá o contrário, com altos preços para as mercadorias, e preços aviltantes para o produto do trabalho camponês.

Na chamada *venda de balança* o pequeno produtor se beneficia no preço do arroz, muito embora seja explorado na passagem, ocasião em que os comerciantes se apropriam de parte do produto.

A falta de vias de acesso que facilitem o escoamento da produção interessa aos comerciantes locais, que irão buscar o produto dos camponeses a um preço muito inferior do que a que poderiam obter caso se dirigissem diretamente ao povoado ou às sedes de municípios.

Interessa ainda aos comerciantes que os pequenos produtores se encarreguem do transporte da produção, pois o frete será abatido do preço do produto.

Assim, ao construir um desvio para possibilitar o transporte da produção, mas ao não abrir rodovias ou caminhos que levam aos *centros*, a Companhia manteve inalteradas as condições acima descritas. Além disso, ao estabelecer uma quantia mínima de 500 sacas para transporte do arroz, favoreceu o monopólio da comercialização da produção camponesa em mãos de apenas dois comerciantes.

A Construção de uma Rodovia - Trabalhadores x Comerciantes

Está em discussão, no momento, entre trabalhadores e comerciantes, a proposta de construção de uma rodovia, para a qual a CVRD, em reunião com o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Alto Alegre - associação que reúne os vários setores sociais do povoado - comprometeu-a a dar 40% do total dos gastos. O restante seria distribuído entre a Prefeitura de Santa Luzia, o Estado e a comunidade.

Na referida reunião, realizada a 14 de junho de 1984², decidiu-se o traçado da estrada passando pelas localidades Alto Alegre, Bangu, Morada Nova e Celestino, ligando esta região de maior produção de arroz da área de Alto Alegre à sede do município. Desta forma, os pequenos produtores se beneficiariam duplamente, conseguindo preço mais alto para seus produtos, principalmente o arroz, e menores preços para as mercadorias de que necessitam para sua manutenção.

Além dos benefícios para os pequenos agricultores, este traçado passa pelos maiores centros produtores da região de Alto Alegre, e fica distante não mais que dois quilômetros dos outros.

Evidentemente, o traçado sugerido pelos trabalhadores em nada interessa aos comerciantes, que estarão impedidos de espoliar os trabalhadores no momento da comercialização da produção. Por este motivo, os mesmos se mobilizam no sentido de impedir que a rodovia sirva aos interesses dos primeiros e, a

² cf. GISTERLINK, Franz. Alto Alegre - Conselho de Desenvolvimento Comunitário, informações, mimeo.

través da rede de interesses dos políticos locais, buscam desviar a estrada da rota proposta, tal como combinado com a Companhia.

Considerações Gerais e Recomendações

A questão dos impactos sociais da implantação da ferrovia Carajás não pode ser deslocada, como quer o documento "CVRD: Cares" para o problema ambiental.

Além das nações indígenas que, em certos trechos do referido documento, parecem também se confundir com a flora e a fauna, existe na região um expressivo contingente camponês, responsável por grande parte da produção de arroz do Estado, e que foi gravemente abalado em suas condições de vida e trabalho.

Se, por um lado, em relação às nações indígenas a Vale do Rio Doce teve o cuidado de contratar especialistas que mediassem o contato com estas populações, o mesmo não se deu em relação aos camponeses. Não tem havido nenhuma iniciativa, por parte da Companhia, em consultar especialistas e, principalmente, os órgãos de classe dos trabalhadores rurais.

Há necessidade urgente, portanto, da consulta a especialistas que possam encaminhar, junto com os órgãos de classe dos trabalhadores rurais, propostas de solução para os problemas causados à população com a implantação da ferrovia.

Quanto às recomendações, para possíveis melhorias nas condições de vida da população da região, se enumerariam as seguintes:

- 1 - Transporte de passageiros pela ferrovia a um preço

acessível aos trabalhadores;

- 2 - Estudo de alternativas para solucionar o problema da travessia de pedestres e animais que evitem riscos de vida e prejuízo à população;
- 3 - Transporte da produção camponesa que sirva aos interesses dos pequenos produtores e agrícolas;
- 4 - Construção de galpões próximos aos desvios, para armazenamento da produção camponesa;
- 5 - Construção de rodovias de acordo com o traçado sugerido pelos produtores agrícolas;
- 6 - E, sobretudo, consulta aos órgãos de classe dos trabalhadores, principalmente às delegacias sindicais atingidas, antes da implantação de qualquer Projeto.

ÍNDIOS E CRISTÃOS NA REGIÃO DA FERROVIA CARAJÁS

MURILO SANTOS

Com a demarcação das reservas Guajajara (1974), fundou-se o Posto Indígena Pindaré, à margem direita deste rio e o PI Caru, à direita deste.

Em ambas as áreas, mas principalmente naquela do PI Caru, as relações entre os chamados *índios* e *cristãos* eram estreitas até época recente¹, fugindo ao controle da FUNAI, situação esta que vem sofrendo algumas alterações em função do repasse de recursos da Companhia àquela Fundação. A partir de então, este órgão vem se propondo fiscalizar de modo mais efetivo as áreas indígenas da região.

A área indígena Guajajara sempre foi considerada um "desperdício" de terras pelos chamados *cristãos*. Estes, percebem o *índio* como "preguiçoso" e sonham com o que chamam de *libertação* da Reserva, onde estão impossibilitados de penetrar livremente.

Os pequenos produtores agrícolas da região vêem o "índio" como um ser *federal*, dada a proteção que julgam que o mesmo recebe do Estado.

Como o estoque de coco, palha, e caça já se acha escasso nas áreas ocupadas pelos pequenos agricultores, os chamados *cristãos* dependem dos Guajajara para obter estes produtos, o que os obriga a obedecer regras impostas pelos indígenas. Este

¹ Os dados a que se refere neste texto foram colhidos em 1979/1980, durante a realização da pesquisa Transformações Sociais e Econômias no Campo Maranhense, patrocinada pela Comissão Pastoral da Terra, São Luís - Maranhão.

fato é vivido pelos denominados *crístãos* como se aqueles os es tivessem *humilhando*.

Sendo que nos *centros* as lavouras não são cercadas, os *crístãos* dependem da área indígena, portanto, até mesmo para criar seus porcos, submetendo-se, para tanto, às regras adita das pelos Guajajaras. Isto termina por ocasionar outros problemas aos próprios *crístãos*, pois os animais acabam presos nas armadilhas deixadas pelos caçadores brancos.

Ainda com relação à penetração dos chamados *crístãos* na área indígena, os Guajajara exigem que não se cace com cães e também que não se derrubem árvores, o que nem sempre é respeitado pelos trabalhadores.

Quem penetra mais assiduamente na área indígena são as *quebradeiras de coco* devendo pagar aos *Índios* uma espécie de renda sobre a quantidade de coco babaçu quebrado.

Nas proximidades da aldeia Santa Rita, o controle da penetração das *quebradeiras de coco* é feito pelos próprios Guajajara, que se encarregam da travessia das mulheres. De acordo com o depoimento das trabalhadoras, quando enfurecidos pelo fa to de não terem sido respeitados pelos brancos em algumas das suas exigências, os *Índios* quebram as machadinhas das mulheres ou jo gam o coco no rio.

Contam os trabalhadores, ainda, que, recentemente, um *Índio* instalou um comércio no povoado Altamira e que ali pas sou a distribuir cartões que davam direito à penetração na Re serva para coleta e quebra de babaçu. Em contrapartida, repe tindo o mesmo esquema adotado pelos comerciantes *brancos*, mono polizava a compra do coco coletado pelas *quebradeiras*.

Em áreas mais distantes da referida Aldeia, este esquema de distribuição de cartões vinha sendo praticado há anos, por comerciantes brancos, a quem os *índios* delegavam poderes.

Apesar das tentativas de fiscalização de parte da FUNAI com o repasse dos recursos da Companhia àquela Fundação, queixam-se os *cristãos* de receberem tratamento desigual de parte do governo. Se, por um lado os trabalhadores não podem penetrar livremente na Reserva, os *índios*, ainda segundo relato dos trabalhadores, podem circular pelo povoado, até mesmo bêbados e armados.

Sempre de acordo com depoimentos dos trabalhadores, depois de conseguirem a verba da Companhia, os *índios* se tornaram os grandes "farristas" da região, dirigindo carros pelo povoado e tendo, inclusive, atropelado pessoas.

Dizem ainda os trabalhadores que um dos *índios*, chamado Madrugada, mantém uma lavoura com mais de cem linhas², tendo passado a assalariar terceiros em grande escala.

Diante deste quadro de complexas relações interétnicas, o repasse de recursos às nações indígenas deveria contar com o acompanhamento mais criterioso dos especialistas que foram contratados pela CVRD desde 1982.

Obs.: Após 3 anos vigência do Convênio CVRD FUNAI - e de dispêndios descontrolados em 1984, sobretudo no MA - representantes órgão tutelar, a nível de cúpula (e após mudanças administrativas ocorridas internamente) decidiram promover algumas modificações, no sentido de descentralizar a assistência prestada no MA. Serão assim criadas novas ajudâncias, que proporcionarão o atendimento de saúde, principalmente, além de apoio local às populações do PI Arariboia (Alto Pindaré), PI Caru (Médio Pindaré), Alto Turiaçu e Barra do Corda onde já existe ajudância.

² LINHA é uma medida de área, utilizada pelos trabalhadores da região correspondente a um terço de hectare.

A CONSTRUÇÃO DO TERMINAL FERROVIÁRIO CARAJÁS-ITAQUI E A EX-
PROPRIAÇÃO DE FAMÍLIAS DE TRABALHADORES DA PERIFERIA DE SÃO LUÍS

MARISTELA ANDRADE

Famílias de pescadores, trabalhadores rurais, pequenos comerciantes, comerciários, empregadas domésticas, biscateiros, foram surpreendidos, em 1977, por funcionários da AMZA - AMAZONIA MINERAÇÃO - uma subsidiária da CIA VALE DO RIO DOCE, carimbando suas casas.

Sem compreender exatamente o que ocorria, mas entendendo que se tratava de um Decreto Federal contra o qual pensavam não poder reagir, passaram a sofrer, daí por diante, uma série de graves problemas que afetaram profundamente suas condições de existência.

A análise dos detalhes deste processo de desapropriação, constitui-se apenas em uma amostra microscópica do que se passou com milhares de famílias em outros locais da Ilha de São Luís, como Boqueirão, Mapaúra, Itaqui, assim como em municípios do interior do Estado.

Os métodos utilizados pela assessoria jurídica da Companhia para intimidar a população, levando-a ao desespero e baixando, assim, o valor das benfeitorias, foram os mesmos em todo o Maranhão. Aliás, procedimentos idênticos foram adotados pela ALCOA (ALUMAR) durante o processo de desapropriação de cerca de vinte povoados no interior da Ilha de São Luís¹ e também pela Aeronáutica, em Alcântara, quando da construção da

¹cf English, Barbara Ann. Alcoa na Ilha; um documento acerca das implicações sociais, econômicas e ambientais da implantação de uma indústria de alumínio, em São Luís do Maranhão. São Luís, Caritas Brasileira, 1984.

Base Espacial², que também desapropriou cerca de vinte povoados naquele município.

O que se passa a relatar é fruto da observação direta e da participação de três técnicos da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos³ junto à população de duas ruas do bairro Anjo da Guarda, em São Luís, durante o ano de 1981, quando as famílias negociavam com a Companhia o valor das indenizações.

O Bairro Anjo da Guarda

O Anjo da Guarda, bairro de São Luís de cerca de 70.000 habitantes, surgiu da transferência dos moradores de uma palafita (favela sobre as águas dos mangues) - o Goiabal - no centro da cidade.

Coincidentemente, o Goiabal sofreu uma grande incêndio tido oficialmente como acidental, em 1969, às vésperas da construção de uma grande avenida que ocupou o local da antiga palafita.

José Sarney, governador na época, transferiu as famílias do Goiabal para o Anjo da Guarda, onde habitavam apenas pescadores e pequenos produtores agrícolas.

Outro contingente de moradores que também foi transferido para o bairro, originou-se da desapropriação da área para onde se expandiram as pistas do Aeroporto do Tirirical, no bairro de mesmo nome.

²cf MEIRELES, Sérgio. Alcântara na era espacial. São Luís, Cáritas Brasileira, 1983.

³A equipe da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos era composta por Célia Maria Correa, (advogada), Celecina Salles, (assistente social) e Maristela de Paula Andrade, (antropóloga).

O Anjo da Guarda cresceu rápida e assustadoramente a partir de sucessivas "invasões" de camponeses egressos do interior do Estado que buscavam uma área para residir na capital, e da transferência de famílias desapropriadas pelo Projeto Carajás mesmo, de locais como Mapaúra, Itaqui, Boqueirão, para construção do porto e do terminal ferroviário.

Reunindo-se à população que já residia aí, os recém chegados instalaram suas casas e pequenos sítios, combinando ocupações tais como a pesca, o transporte através de carroças movidas a animal, a construção civil, o serviço doméstico em casas de terceiros, o emprego no comércio e pequenos negócios, com o plantio de roças e pomares, além da criação de animais.

O processo de desapropriação promovido pela AMZA-VALE DO RIO DOCE, a partir de 1977, representou a última etapa da separação entre produtores agrícolas e a terra, consumando uma ampla ação expropriatória que se abate sobre a população camponesa de todo o Estado.

Estratégias da AMZA-VALE DO RIO DOCE para baixar o valor das indenizações

Os moradores das ruas Santo Antonio e Bom Menino apontam 1977 como o ano em que se iniciou o emprego de métodos de coação⁴ para desapropriá-los de seus locais de moradia e trabalho sem pagar-lhes a justa indenização.

⁴ Vide relatório apresentado pela SMDDH intitulado "A expropriação de famílias da periferia de São Luís pelo projeto Carajás: um relato do trabalho desenvolvido pela SMDDH em duas áreas atingidas - subsídios para debate". São Luís, SMDDH, 1981. mimeo; e cartas dos moradores à imprensa, em anexo.

A partir deste ano, a Companhia passa a manter guardas armados em toda a área, com o objetivo de impedir que a população penetre no mato para tirar palha, madeira, coco babaçu e barro, assim como para evitar novas plantações nos sítios.

A deterioração das moradias, após sucessivos invernos, foi uma das principais táticas utilizadas pela Companhia em sua "guerra de nervos" contra os moradores. Impossibilitados de fazer reparos em suas casas, muitos terminam por abandoná-las, perdendo o direito à indenização. Outros, exasperados, aceitam qualquer quantia imposta pela assessoria jurídica da Companhia para serem retirados logo do local.

Além da deterioração das residências ao longo dos anos, a população permaneceu sem água encanada e luz elétrica até 1981, já que os órgãos competentes alegavam o processo desapropriatório em curso para não atendê-la em suas reivindicações.

Entupir poços e "limpar" o fundo dos quintais com tratores, destruindo benfeitorias e plantações, foi outra maneira de coagir a população a aceitar o processo "amigável" de desapropriação, em que os trabalhadores perdiam casas e sítios, frutos de longos anos de trabalho.

Outro expediente utilizado pela Companhia através de seu departamento jurídico, desrespeitando totalmente a população, foi a construção de cercas obstruindo caminhos tradicionalmente utilizados pelos moradores. Isto ocorreu na Rua Santo Antonio, onde os moradores ficaram impedidos de atingir a estrada que leva ao centro da cidade. Em 1981, cansados de esperar e fartos dos desmandos da Companhia, apesar do guarda armado que vigiava a cerca, reabriram a passagem tradicional, cortando o arame.

Na Rua Bom Menino, igualmente, quando os moradores passaram a exigir um valor mais justo para suas benfeitorias, a Companhia, através da empresa de engenharia EIT (Empresa Industrial Técnica), também tentou cercar os moradores, tendo sido impedida por sua resistência.

A desapropriação nunca ocorreu em bloco, como queria a população. Ao contrário, a Companhia sempre procurou indenizar salteadamente, retirando alguns e outros não, de modo a isolar famílias, deixando-as sem vizinhança.

Esta tática, utilizada anos a fio pelos advogados da Companhia, tinha o claro objetivo de levar as famílias a entrarem em acordo, o que significava sempre a aceitação de um valor injusto para as benfeitorias.

Neste processo de isolar a população, muitas famílias, embora cadastradas, jamais receberam indenização e terminaram se retirando por conta própria.

Em muitos casos, a assessoria jurídica da Companhia isolou pequenos comerciantes, deixando-os sem freguesia. Em outros, retirou os comerciantes primeiro, deixando os demais sem ter onde adquirir as mercadorias de que precisavam.

Outras maneiras encontradas para quebrar a resistência da população foi indenizar primeiro comerciantes de melhores recursos e pequenos criadores de gado, deixando para o fim os mais despossuídos que, assim, não tinham com quem se aliar.

Outro aspecto a ressaltar na maneira como a AMZAVALE DO RIO DOCE conduziu as negociações com os moradores foi o tipo de comunicação utilizado por seus advogados. Estes, dirigiam-se aos moradores através de comunicados manuscritos - os

"bilhetes rabiscados", no dizer da população. Somente no final do processo, quando os trabalhadores se mostravam mais firmes em sua resistência, dado o apoio de entidades como a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, Associação dos Engenheiros do Maranhão e órgãos de imprensa, a Companhia passou a assumir atitudes mais formalizadas. Contam os trabalhadores, inclusive, que dentre os primeiros indenizados, muitos receberam o dinheiro das mãos dos advogados, e não em uma agência bancária. Alguns, semi alfabetizados, não tiveram mesmo condições de confirmar o valor recebido com aquele constante nos papéis que haviam assinado.

Além disso, os advogados obrigaram os moradores a se deslocar repetidas vezes até o escritório, somente com o objetivo de vencê-los pelo cansaço e forçá-los a um acordo desigual⁵.

Nos últimos meses, o processo desapropriatório assumia, no dizer dos trabalhadores, um caráter de "leilão". A mesma família era chamada repetidas vezes ao escritório da Companhia e, se resistisse, o valor das benfeitorias subia.

A falta de critérios para a avaliação das benfeitorias dos moradores era evidente, como se pode perceber pelo caso relatado a seguir.

Certo morador possuía uma casa de taipa, chão batido, telhado de palha em más condições, um quintal com duas pitombeiras e duas touceiras de banana, a quem a empresa ofereceu Cr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros).

⁵ A questão dos deslocamentos constantes das famílias até o escritório dos advogados da Cia VALE DO RIO DOCE, ocorreu também com a população do interior do Estado, com o agravante das despesas de transportes que foram custeadas pela população.

Outro morador, possuía uma casa com as mesmas características, porém em perfeito estado de conservação, e um quintal com poço, dois abacateiros, três limoeiros, quatro laranjeiras, cinco touceiras de banana, tendo sido a ele oferecida a quantia de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).

O segundo morador reagiu e, então, a Companhia cedeu, passando a lhe oferecer Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros).

Na Rua Santo Antonio, a Companhia, através da citada empresa EIT, que fora contratada para realizar serviços de engenharia no local, chegou a lançar mão de métodos ostensivos de intimação. Deste modo, muito embora o acesso ao escritório e às obras se desse por outro caminho, a Companhia manteve carros, tratores e caminhões trafegando na citada Rua durante os meses de verão, provocando grande poeira e, assim, o adoecimento de adultos e crianças.

A seguir, apresentam-se informações colhidas pela Equipe da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, em 1981, nas referidas ruas que, em certo sentido, caracterizam as famílias aí residentes fornecendo indicações a respeito de como foram valoradas as benfeitorias, assim como elementos para uma reflexão em torno do rumo tomado pelas famílias após o deslocamento forçado.⁶

Ressalte-se que, dado o apoio de agências externas e a resistência da população, estas foram as maiores indenizações de que se tem notícia.

⁶Cf. Relatório da SMDDH, op. cit.

"FAMÍLIA A:

Origem: Veio de outro bairro, já indenizado pela AMZA/S/A

Tempo de Moradia: 06 anos;

Nº de Filhos: dois filhos maiores

Ocupação: aposentado por órgão federal

Benfeitorias: Uma casa de tijolo, cimentado, telha, cinco cômodos, quintal com 80 goiabeiras, 04 cajueiros, 03 jaqueiras, 03 coqueiros, 17 abacateiros, 06 mangueiras, 01 limeira, 01 abricozeiro, 02 tanjarineiras, 07 jaqueiras e 75 pés de cana, um poço.

Obs: No local em que morava quando foi indenizado pela AMZA pela primeira vez, vivia já há 18 anos. Tinha recursos, casa boa, gado e plantações. Nessa época, recebeu uma indenização de Cr\$ 15.000,00 por ser o último a negociar, foi bastante prejudicado. Veio, então, para esta área, onde mora há 6 anos. Hoje se encontra velho, doente e, mais uma vez, é obrigado a se retirar de onde vive.

FAMÍLIA B

Origem: interior do Estado, (Vitória do Mearim)

Tempo de Moradia: 16 anos

Nº de Filhos: quadro filhos menores

Ocupação: pequeno comerciante e carreiro

Benfeitoria: Uma casa de taipa, cimentada, telha, 8 compartimentos, quintal com 18 limoeiros, 1 cajazeiro, 8 limeiras, 9 laranjeiras, 6 tanjarineiras, 12 abacateiros, 16 goiabeiras, 18 ateiras, 10 mangueiras, 46 cajueiros, 5 jacameiras, 4 jaqueiras, 24 coqueiros, 23 mamoeiros, 10 bacurizeiros, 120 bananeiras

e 2 urucuzeiros.

Obs: Já foi indenizado por Cr\$ 668.000,00. Vai morar em uma casa de "invasão" que tinha adquirido anteriormente, sem água, luz e sem saneamento básico. O dinheiro da indenização foi investido para surtir seu comércio que se encontra falido.

FAMÍLIA C

Origem: outro bairro de São Luís

Tempo de Moradia: 14 anos

Nº de Filhos: oito filhos menores

Ocupação: biscateiro

Benfeitorias: uma casa de taipa, cimento, palha, com 4 cômodos, quintal com 1 muricizeiro e 1 buritizeiro.

Obs: Recebeu indenização no valor de Cr\$ 300.000,00. Vão morar em outro bairro.

FAMÍLIA D

Origem: interior do Estado (São Vicente)

Tempo de Moradia: 5 anos

Nº de Filhos: três filhos menores

Ocupação: proprietário de um pequeno bar

Benfeitorias: Uma casa de taipa, cimentada, palha, com 5 cômodos. Quintal com apenas duas touceiras de bananas.

Obs: Recebeu indenização no valor de Cr\$ 180.000,00. Irá morar numa área de "invasão" sem água e luz, portanto terá que alugar outro local para continuar a atividade de comércio, uma vez que não possui marido.

FAMÍLIA E

Origem: outro bairro - Boqueirão

Tempo de Moradia: 8 anos

Nº de Filhos: três filhos maiores

Ocupação: aposentado da Marinha e dono de um comércio
no local

Benfeitoria: uma casa de tijolo, cimento, telha, quatro
cômodos. Quintal com várias fruteiras.

Obs: Ainda não foi indenizado.

FAMÍLIA F

Origem: interior do Estado

Tempo de Moradia: 8 anos

Nº de Filhos: quatro filhos maiores, dois dos quais fo
ram desapropriados de outros locais, e a
tualmente residem com sua mãe, juntamen
te com suas mulheres e filhos.

Ocupação: a mãe é aposentada e os filhos são braçais,
encontrando-se frequentemente desempregados.

Benfeitorias: uma casa de taipa, chão batido, palha,
quatro cômodos. Quintal com 20 cajueiros,
58 mangueiras, 17 tangerineiras, 1 laran
jeira, 1 limeira, 2 limoeiros, 1 abrico
zeiro, 3 goiabeiras, 37 abacaxizeiros, 14
touceiras de cana, 1 abacateiro, 1 ja
queira, 30 bananeiras e 1 urucuzeiro.

Obs: Ainda não foi indenizada.

FAMÍLIA G

Origem: bairro da Belira

Tempo de Moradia: 8 anos

Nº de Filhos: 7 filhos menores e 2 solteiras

Ocupação: a esposa é lavadeira. O marido luta para conseguir aposentadoria e faz biscates.

Benfeitorias: uma casa de taipa, chão batido, telhas e com cinco cômodos. Quintal com várias fruteiras.

Obs: Esta família já foi indenizada, tendo recebido Cr\$ 267.000,00. Comprou uma casa no próprio bairro, considerada por ele como bem melhor que a outra, por ter água e luz ser de telha, cimento, por Cr\$ 270.000,00 ficando portanto, com uma dívida de Cr\$ 20.000,00. O quintal da nova não possui plantas.

FAMÍLIA I

Origem: interior de Guimarães-Ma.

Tempo de Moradia: 8 anos

Nº de Filhos: três filhos menores

Ocupação: somente a esposa trabalha, sendo comerciária, pois o marido é inválido, sem nunca ter conseguido aposentadoria.

Benfeitorias: uma casa de taipa, chão batido, telha, três cômodos. Quintal com: 1 urucuzeiro, 6 cajueiros, 1 cajazeiro, 3 limoeiros, 2 jacameiras, 2 goiabeiras, 2 laranjeiras, 3 mangueiras, 1 touceira de bananas e 1 abacateiro.

Obs: A família vai retornar ao lugar de origem, onde residem seus pais. Com os Cr\$ 111.000,00 recebidos, trataram de adquirir uma casa naquele interior.

FAMÍLIA J

Origem: bairro da Belira

Tempo de Moradia: 12 anos

Nº de Filhos: dez menores

Ocupação: administrador do depósito de um posto de gasolina.

Benfeitorias: uma casa de tijolo, cimentada, telha, cinco cômodos. Quintal com 9 coqueiros, 3 cajueiros, 1 laranjeira, 9 limoeiro, 5 mamoeiros, 4 abacateiros, 10 mangueiras, 5 goiabeiras, 10 bananeiras, 1 ateira e 1 pitombeira.

Obs: Ainda não foi indenizada.

FAMÍLIA K

Origem: bairro do Lira

Tempo de Moradia: 12 anos

Nº de Filhos: sete menores

Ocupação: aposentado pelo INPS e vende saco de café no mercado. A esposa é lavadeira.

Benfeitotias: uma casa de taipa, cimentada, palha, três cômodos. Quintal com: 1 urucuzeiro, 8 limoeiros, 4 laranjeiras, 1 limeira, 68 touceiras de bananas, 6 mudas de abacaxizeiros, 5 mangueiras, 2 mamoeiros, 1 cajueiros e 1 goiabeira.

Obs: Recebeu Cr\$ 180.000,00 e comprou uma casa no próprio bairro.

FAMÍLIA L

Origem: bairro do Lira

Tempo de Moradia: 8 anos

Nº de Filhos: dois filhos menores que residem com a

mãe, já que o casal é desquitado.

Ocupação: contínuo de um órgão público.

Benfeitorias: uma casa de taipa, cimentada, palha, quatro cômodos. Quintal com 1/2 linha de cana, 1 abricozeiro, 9 abacateiros, 100 cajueiros (entre mudas), 47 coqueiros, 24 goiabeiras, 41 fruteiras de espinho, 5 maracujazeiros, 8 mamoeiros, 77 mangueiras (entre mudas), 3 urucuzeiros, buritizal, com 200 pés botando, 1 juçaral com 100 pés, 1 pé de anajá, 1 pé de maçaúba.

Obs: Recebeu Cr\$ 821.000,00 e comprou uma casa no próprio bairro.

FAMÍLIA M

Origem: outro bairro (Praia Grande)

Tempo de Moradia: 7 anos

Nº de Filhos: cinco filhos menores

Benfeitorias: uma casa de taipa, chão batido, telha, seis cômodos. Quintal com: 75 bananeiras, 9 coqueiros, 8 abacateiros, 3 goiabeiras, 2 cajueiros, 3 mangueiras, 1 buritizeiro, 2 limeiras, 7 limoeiros, 1 mamoeiro e 60 touceiras de juçara.

Obs: Embora a sua casa tenha sido cadastrada, esta nunca foi chamada.

FAMÍLIA N

Origem: interior de Vitória do Mearim-Ma.

Tempo de Moradia: mais de vinte anos

Nº de Filhos: não possui

Ocupação: aposentado por invalidez pelo INPS e aluga quartos em sua casa.

Benfeitorias: uma casa de taipa, chão batido, telha, galpão de palha, seis cômodos. Quintal com várias fruteiras.

FAMÍLIA O

Origem: bairro da Fé em Deus

Tempo de Moradia: 4 anos

Nº de Filhos: um maior

Ocupação: aposentado da PM e a esposa é costureira e lavadeira

Benfeitorias: uma casa de taipa, cimentada, palha, três cômodos. Quintal com várias fruteiras.

Obs: Indenizado por Cr\$ 216.000,00. Vai morar em outro bairro.

FAMÍLIA P

Origem: bairro do Portinho

Tempo de Moradia: 6 anos

Nº de Filhos: não os possui

Ocupação: comerciante no Mercado Central e possui cerca de 10 cabeças de gado.

Benfeitorias: uma casa de taipa, cimentada, telha, quatro cômodos. Quintal com: 16 touceiras de juçara, 50 buritizeiros, 28 mangueiras, 11 goiabeiras, 8 cajueiros, 17 touceiras de bananas, 3 limeiras, 7 jaqueiras, 6 abacateiros, 10 laranjeiras, 26 touceiras de cana, 5 ateiras, 4 pitombeiras, 2 coqueiros e 7 bacurizeiros.

Obs: Recebeu Cr\$ 616.400,00 de indenização.

FAMÍLIA Q

Origem: interior de Bequimão-Ma.

Tempo de Moradia: 8 anos

Nº de Filhos: dois menores

Ocupação: biscateiro

Benfeitorias: uma casa de taipa, cimentada, telha e
com seis cômodos. Quintal sem plantas.

Obs: Ainda não recebeu indenização

FAMÍLIA R

Origem: interior do Estado

Tempo de Moradia: mais de vinte anos

Nº de Filhos: quatro filhos menores

Ocupação: faz carvão

Benfeitorias: uma casa de taipa, chão batido, palha e
quatro cômodos. Quintal com várias fruteiras.

FAMÍLIA S

Origem: a esposa nasceu no próprio lugar e o marido
veio do interior do Estado

Tempo de Moradia: mais de vinte anos

Nº de Filhos: seis menores

Ocupação: trabalha em bomba de gasolina

Benfeitorias: uma casa de taipa, cimentada, telha, seis
cômodos. Quintal com várias fruteiras. C

Obs: Ainda não foi indenizada.

FAMÍLIA T

Origem: interior de Pinheiro-Ma.

Tempo de Moradia: mais de vinte anos

Nº de Filhos: cinco maiores

Ocupação: aposentada pelo FUNRURAL e faz corante

Benfeitorias: uma casa de taipa, cimentada, telha, quatro cômodos. Quintal com 60 bananeiras, 16 cajueiros, 1 abacateiro, 9 urucuzeiros, 6 goiabeiras, 4 pitombeiras, 3 ateiras, 1 mamoeiro, 7 mangueiras, 1 jacameira, 1 limeira e 1 laranjeira.

Obs: Ainda não foi indenizada.

FAMÍLIA U

Origem: interior de Guimarães (MA)

Tempo de Moradia: mais de vinte anos

Nº de Filhos: cinco, sendo dois menores

Ocupação: carroceiro e lavrador. Antes da chegada da AMZA, vivia das plantações de sua roça.

Benfeitorias: uma casa de taipa, chão batido, palha, três cômodos. Dois sítios com 105 mangueiras, 23 pitombeiras, 12 jaqueiras, 30 bananeiras, 18 laranjeiras, 30 cajueiros, 70 limoeiros, 10 cajazeiros, 8 coqueiros, 5 ateiras, 105 juçareiras, 6 abacateiros, 15 tamarindeiros, 4 bacabeiras, 12 jacameiras, 18 urucuzeiros, 6 touceiras de cana, 2 abricozeiros, 30 buritizeiros, 6 mamoeiros, 16 limeiras, 5 tanjarineiras, 6 jaqueiras e 5 jenipapeiros.

Obs: Com os Cr\$ 468.000,00 comprou duas casas bastante deterioradas no próprio bairro e pensa voltar para o interior. Pelo número de plantas existentes em seus dois sítios, a sua indenização deveria ter sido muito superior, comparando-se com os valores recebidos pelos moradores da Rua 2.

FAMÍLIA V

Origem: outro bairro de São Luís

Tempo de Moradia: 6 anos

Nº de Filhos: dois menores

Ocupação: a esposa trabalha em órgão do Estado como co-
peira e o marido é ajudante de pedreiro

Benfeitorias: uma casa de taipa, cimentada, palha, três
cômodos, em perfeito estado de conserva-
ção. Quintal com poço, 6 laranjeiras, 4
limoeiros, 2 muricizeiros, 1 coqueiro, 1
abacateiro.

Obs: Recebeu Cr\$ 150.000,00 e comprou uma casa no próprio bair-
ro pro Cr\$ 70.000,00, esta possui água e luz, mas não tem quin-
tal.

FAMÍLIA X

Origem: outro bairro de São Luís

Tempo de Moradia: 1 ano

Nº de Filhos: cinco menores

Ocupação: lavadeira

Benfeitorias: uma casa de taipa, chão batido, palha com
apenas dois cômodos tapados. Quintal com
duas mudas de limão e laranja.

Obs: Indenização recebida Cr\$ 50.000,00

FAMÍLIA Y

Origem: interior de Guimarães-Ma.

Tempo de Moradia: cinco anos

Nº de Filhos: cinco, sendo duas maiores

Ocupação: lavadeira

Benfeitorias: uma casa de taipa, chão batido, palha, três

cômodos. Quintal com: 3 bananeiras, 4 limoeiros e 2 pitombeiras.

Obs: Recebeu Cr\$ 55.000,00. Comprou uma casa por Cr\$ 35.000,00 na mesma rua, no setor não atingido pela desapropriação.

FAMÍLIA Z

Origem: interior do Estado

Tempo de Moradia: 5 anos

Nº de Filhos: quatro menores

Ocupação: peixeiro

Benfeitorias: uma casa de taipa, chão batido, palha, quatro cômodos, em perfeito estado de conservação. Quintal com 12 touceiras de bananas, 3 mangueiras novas, 1 abacateiro, 4 limoeiros, 2 mamoeiros, 1 laranjeira e um poço.

Obs: Recebeu Cr\$ 74.000,00 e comprou uma casa numa área de invasão.

FAMÍLIA Z.1

Origem: interior de Vitória do Mearim-Ma

Tempo de Moradia: 5 anos

Nº de Filhos: cinco menores

Ocupação: a esposa trabalha numa lanchonete e o esposo é vigia.

Benfeitorias: uma casa de taipa, chão batido, palha, quatro cômodos. Quintal com: 15 bananeiras, 7 laranjeiras, 2 mangueiras, 5 limoeiros, 1 pé de jacama, 2 abacateiros, 3 muricizeiros, 2 amendoeiras e um poço.

Obs: Recebeu Cr\$ 192.000,00. Mora atualmente numa casa de sua propriedade no mesmo bairro.

FAMÍLIA Z.2

Origem: outro bairro de São Luís

Tempo de Moradia: 5 anos

Nº de Filhos: um menor

Ocupação: comerciante. O marido tinha uma pequena granja no local. A esposa é professora.

Benfeitorias: uma casa de tijolo, cimentada, telha e cinco cômodos. Quintal com: 50 cajueiros e 40 touceiras de bananas.

Obs: Recebeu Cr\$ 280.000,00. Moram numa casa alugada no Cohaserma. Ele atualmente está trabalhando na Polícia do Estado."